

Ministério da Justiça e Segurança Pública
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08004.001044/2022-42

Ilmo. Sr. Pregoeiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A BD Apoio Empresarial Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.363.266/0001-18, com sede à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, neste ato representada por seu Sócio Diretor Felipe Dytz, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico nº 03/2023 que visa a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção e instalação de novas divisórias, portas e acessórios, bem como de remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias, além do fornecimento de peças e acessórios e aquisição, fornecimento e instalação de isolamento acústico, com vistas a atender as necessidades nas dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

1) DA TEMPESTIVIDADE

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim como expresso no item 21 do Edital:

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mj.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço à Coordenação de Procedimentos Licitatórios/COPLI – MJ, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II, sala 612, em Brasília – DF, CEP 70064-900.



21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

3) DO MÉRITO

A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório.

É importante salientar que o atendimento às normas técnicas da ABNT, está expressa de forma clara na Lei 4.150/1962, na Lei 8.078/90, bem como em diversos acórdãos do TCU.

LEI Nº 4.150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962.

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica



ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos serviços públicos concedidos pelo Governo Federal, assim como nos de natureza estadual e municipal por êle subvencionados ou executados em regime de convênio, nas obras e serviços executados, dirigidos ou fiscalizados por quaisquer repartições federais ou órgãos paraestatais, em tôdas as compras de materiais por êles feitas, bem como nos respectivos editais de concorrência, contratos ajustes e pedidos de preços será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nesta lei mencionada pela sua sigla "ABNT".

Art. 2º O Governo Federal, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, e na forma em que essa colaboração já vem sendo feita, indicará anualmente à "ABNT", até 31 de março, as normas técnicas novas em cujo preparo esteja interessado ou aquelas cuja revisão lhe pareça conveniente.

Art. 3º Através do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Instituto de Resseguros do Brasil e outros órgãos centralizados ou autárquicos da administração federal se incrementará, em acôrdo com a "ABNT", o uso de rótulos, selos, letreiros, sinetes e certificados demonstrativos da observância das normas técnicas chamadas "marcas de conformidade".

Art. 4º A partir do segundo ano de vigência desta lei, o Instituto de Resseguros do Brasil passará a considerar, na cobertura de riscos elementares, a observância das normas técnicas da "ABNT", quanto a materiais, instalações e serviços de maneira e também concorrer para que se estabeleça na produção industrial o uso das "marcas de conformidade" da "ABNT".

Art. 5º A "ABNT" é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (Cr\$10.000.000,00).

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

O atendimento às normas técnicas da ABNT é uma garantia que a Administração Pública está adquirindo produtos que possuam condições mínimas de segurança e qualidade, bem como não possam resultar em condições de risco aos próprios usuários.

Ademais, é obrigação dos fabricantes de produtos ou serviços somente fornecer produtos/serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, conforme definido no inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994](#)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela



Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Visto isso, vejamos o que está estabelecido no Termo de Referência em relação a especificação técnica dos produtos solicitados.

Inicialmente cabe esclarecer, que o autor da presente impugnação foi o profissional que desenvolveu o programa de certificação de mobiliário da ABNT Certificadora, sendo especialista e membro de diversas Comissões de Estudo das normas técnicas da ABNT.

Conforme consta, a publicação do presente Edital de Licitação visa corrigir problemas ocasionados no pregão 02/2023, de mesmo escopo, no qual nenhuma empresa conseguiu demonstrar o atendimento aos requisitos de qualificação.

É inegável que esta Administração Pública ampliou o critério de competitividade ao expandir os dimensionais aceitos nos atestados de capacidade técnica, conforme descrito abaixo:

Item 1 - Serviço de confecção e instalação de divisória em MDF do tipo piso/teto, com painel cego, espessura 90mm, com ou sem rodapé técnico, paginado conforme local de aplicação e acabamento de acordo com o padrão existente.	Atestado 1 - Serviço de confecção e instalação de divisória do tipo piso/teto , com painel cego , com ou sem rodapé técnico, compreendo aceitável espessuras finais maiores ou iguais a 80mm e menores ou iguais a 120
Item 2 - Serviço de confecção e instalação de divisória em MDF do tipo piso/teto, com painel cego, espessura 60mm, com ou sem rodapé técnico, paginado conforme local de aplicação e acabamento de acordo com o padrão existente.	Atestado 2 – Serviço de confecção e instalação de divisória do tipo piso/teto , com painel cego , com ou sem rodapé técnico, compreendo aceitável espessuras maior ou igual a 50mm e menor a 80mm
Item 4 - Serviço de confecção e instalação de divisória em MDF do tipo piso/teto, misto, com painel cego e vidro duplo, espessura 60mm, mais bandeira cega, com ou sem rodapé técnico, paginado conforme local de aplicação e acabamento de acordo com o padrão existente.	Atestado 4 - Serviço de confecção e instalação de divisória do tipo piso/teto, misto , com painel cego e vidro duplo , com ou sem rodapé técnico, compreendo aceitável espessuras finais maiores ou iguais a 50mm e menores a 80mm
Item 5 - Serviço de confecção e instalação de divisória em MDF do tipo piso/teto, misto, com painel cego e vidro simples, espessura 60mm, com ou sem rodapé técnico, paginado conforme local de aplicação e acabamento de acordo com o padrão existente.	Atestado 5 - Serviço de confecção e instalação de divisória do tipo piso/teto, misto , com painel cego e vidro simples , com ou sem rodapé técnico, compreendo aceitável espessuras finais maiores ou iguais a 50mm e menores a 80mm
Item 14 - Serviço de confecção e instalação de conjunto de porta cega completa, espessura 38 mm, compatíveis a divisórias de espessura 60mm, com requadro em madeira maciça e revestimento em MDF de acordo com a cor existente na edificação, com bandeira cega, incluindo portal completo e kit de instalação completo (com fechadura, ferragens, puxadores, dobradiças, parafusos, batedores, batente em alumínio extrudado acabamento anodizado, maçaneta e etc), medindo 900 x 2120mm variando conforme o local de aplicação e acabamento de acordo com o padrão existente.	Atestado 14 - Serviço de confecção e instalação de conjunto de porta cega completa , com requadro, incluindo portal completo e kit de instalação completo (com fechadura, ferragens, puxadores, dobradiças, parafusos, batedores, batentes, maçaneta e etc).
Serviço de instalação e fornecimento de divisória articulada multidirecional acústica, espessura final 90 mm, modulação 900mm, elevação painel cego ou paginado do piso até ao trilho, modulada de acordo com a medida local, 100% estruturada em perfis de alumínio extrudado com acabamento anodizado natural fosco ou pintado conforme padrão existente, composta de painéis comuns, painéis terminais e painéis portas, dotados de guias telescópicas com sistema mecânico de acionamento, suspensos através de troles com roletes duplos horizontais que proporcionam diversas passagens em cruzamento tipo "T", "X" ou "L".	Atestado 49 - Serviço de instalação e fornecimento de divisória articulada multidirecional acústica , elevação painel cego ou paginado do piso até ao trilho , composta de painéis comuns, painéis terminais e painéis portas, proporcionando diversas passagens.

Porém devem ser tecidas algumas considerações quanto aos aspectos de como foi feita tal ampliação de competitividade, de modo que o novo processo licitatório não termine em fracasso, como ocorreu com o anterior.

É fato que esta Administração elaborou nota técnica para cada um dos licitantes que participaram do pregão eletrônico 02/2023, tendo por isto conhecimento prévio sobre quais licitantes possuem condição de atender a nova demanda de Atestados de Capacidade Técnica, salvo se algum licitante tenha finalizado algum contrato entre 01/02/2023 e a data do novo certame.

Assim sendo, antes da realização do certame, qualquer empresa do mercado já possui a informação prévia sobre quais empresas podem ou não atender ao presente processo licitatório, uma vez que o quantitativo de 40% foi mantido, e, por via de regra, os ACT a serem apresentados, na prática, serão os mesmos.

Conforme pode ser visto no processo licitatório anterior (02/2023), houve a participação de 5 licitantes:

- MARCENARIA SULAR LTDA
- BRADIV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- MULTIPLANA COMERCIO E SERVICOS LTDA
- DIVIHOUSE COMERCIO E SERVICOS LTDA
- NOVA FORMA INTERIORES LTDA

Sendo o motivo de desclassificação destes exatamente o mesmo:

Motivo: A empresa licitante encontra-se não apta, quanto a comprovação sobre a prestação de serviços descritos com no mínimo de 40% do quantitativo total dos itens 01 a 09, 45, 48 e 49 a serem contratados

É fato que as empresas licitantes que participaram do processo licitatório 02/2023 possuem experiência no mercado, tendo várias delas certificados de conformidade com renomados Organismos Certificadores acreditados pelo Inmetro, demonstrando que todos os referidos licitantes possuem a capacidade técnica para fabricar e comercializar os mais diversos produtos.

Olhando por esta óptica, não necessariamente a ampliação do range dimensional da espessura da divisória está ampliando a competitividade, pelo contrário, está unicamente expondo para o mercado as fragilidades que os 5 licitantes que participaram do certame anterior possuem em termos de ACT, bem como os valores por eles praticados, uma vez que teoricamente as empresas não vão ter obtido novos ACT, bem como os valores praticados em fevereiro não serão muito distintos dos praticados em março.

Fica muito complicado falar de isonomia no presente processo licitatório, frente a divulgação para a sociedade, e neste caso às empresas concorrentes dos 5 licitantes que participaram do pregão 02/2023, sobre suas informações vitais, isto é, ACT e proposta de preços.

A questão neste caso é como proceder de forma justa, de modo a não prejudicar as 5 empresas que participaram do pregão 02/2023, de ampliar a competitividade e de garantir que o presente certame não tenha resultado insatisfatório como o 02/2023.

Conforme já manifestado anteriormente, todos os cinco licitantes que participaram do processo 02/2023 possuem a capacidade técnica para fornecer divisórias de diferentes espessuras, atendendo ao range dimensional dos ACT do novo edital (80 a 120mm para o Item 1; 50 a 80 mm para os itens 2, 4 e 5), porém não necessariamente isto beneficia todos os 5 licitantes, sendo fato que esta Administração Pública já possui a informação prévia de qual destes atendem a nova exigência.

É importante destacar que, embora estes fabricantes possuam a competência técnica para produzir outras espessuras de divisórias, via de regra comercializam e participam de licitações com os projetos que possuem certificação de conformidade com a norma ABNT NBR 15141, assim sendo, a ampliação do range dimensional da espessura não irá favorecer todos estes licitantes, podendo, quanto muito, apenas um destes.

Embora esteja claro que no processo licitatório 02/2023 não houve nenhum direcionamento, não podemos ter esta certeza no processo 03/2023, uma vez que, como esta Administração Pública promoveu notas técnicas para analisar os ACT de todos os licitantes, passou a ter conhecimento prévio de qual das cinco atendem a nova exigência e, mesmo que outras empresas que não participaram do processo 02/2023 venham a participar do processo 03/2023, na forma como ficou definida a exigência sobre os ACT acaba por resultar em direcionamento.

As 5 empresas que participaram do pregão 02/2023, o fizeram por possuir os produtos solicitados na medida de espessura solicitada (90 mm para o Item 1 e 60 mm para os itens 2, 4 e 5), desta forma a aceitação de um range diferente para o ACT (80 a 120mm para o Item 1; 50 a 80 mm para os itens 2, 4 e 5) não amplia a competitividade, apenas direciona para um fabricante já conhecido desta Administração Pública, em virtude das análises realizadas nas notas técnicas.

Neste caso é fundamental esclarecer que se a ampliação do range dimensional da espessura nos ACT para o novo edital, favorecer apenas uma ou duas, das empresas que participaram do certame 02/2023, tal medida deixa de ser ampliação da competitividade e passa a ser direcionamento, pois a medida tomada não foi isonômica, sendo que esta Administração Pública tem tal informação através das notas técnicas.

É fato que o quantitativo mínimo de 40% é quase o máximo permitido pelo TCU (50%), desta forma, uma vez que o motivo para inabilitação dos concorrentes no processo

02/2023 foi o mesmo (*Motivo: A empresa licitante encontra-se não apta, quanto a comprovação sobre a prestação de serviços descritos com no mínimo de 40% do quantitativo total dos itens 01 a 09, 45, 48 e 49 a serem contratados*), nada mais justo e isonômico que reduzir o quantitativo mínimo, pois atende a todos os licitantes de forma igual.

A BD Apoio Empresarial procurou em sua argumentação apresentar todas as fundamentações que levaram aos seus questionamentos, possibilitando que esta Comissão de Licitação tivesse toda clareza possível para fazer suas ponderações e responder da melhor forma.

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1º, Lei nº 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei nº 9.784/1999.

Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)

4) DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

P. e E. Deferimento

Niterói, 17 de março de 2023



Felipe Dytz
BD Apoio Empresarial Ltda

